

Contrato nº
Contrato nº

OPERADORA - LD
TIM – SMP

**CONTRATO DE INTERCONEXÃO DE REDES DE
TELECOMUNICAÇÕES ENTRE A TIM NA
MODALIDADE DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL -
SMP E A OPERADORA NAS MODALIDADES
STFC LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E LONGA
DISTÂNCIA INTERNACIONAL**

De um lado,

OPERADORA, com sede na xx, nº xx, na cidade de xx, Estado xx, inscrita no CNPJ sob o nº xx, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada **OPERADORA**;

De outro,

TIM CELULAR S.A., com sede na Avenida Giovanni Gronchi, 7143, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.206.050/0001-80, doravante denominada **TIM**.

A OPERADORA ou a TIM serão a seguir denominadas individualmente Parte, e a OPERADORA em conjunto com a TIM serão doravante denominadas Partes.

Considerando que a OPERADORA é Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, conforme Termos de autorização nº xx/SPB-ANATEL para a modalidade Longa Distância Nacional e nº xx/SPB-ANATEL para a modalidade Longa Distância Internacional, e mediante contratos celebrados com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Considerando que a TIM é Autorizada do Serviço Móvel Pessoal - SMP, conforme os Termos de Autorização abaixo relacionados, e mediante contratos celebrados com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL:

TIM - AUTORIZAÇÕES SMP

Região I do PGA: Termo de Autorização nº: 003/2010 PVCP/SPV – ANATEL;

Região II do PGA: Termo de Autorização nº: 002/2010 PVCP/SPV – ANATEL;

Região III do PGA: Termo de Autorização nº: 003/2001 PVCP/SPV– ANATEL.

Considerando que de acordo com o Regulamento Geral de Interconexão – RGI, Art. 12, Resolução nº 410 ANATEL, de 11 de julho de 2005, “As prestadoras de serviço de telecomunicações de interesse coletivo são obrigadas a tornar suas redes disponíveis para interconexão quando solicitado por qualquer outra prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo”;

Considerando que nos termos da Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9472, inciso I Art. 146, de 16 de julho de 1997, é obrigatória a interconexão entre redes na forma da regulamentação, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam comunicar-se com usuários de serviços da outra ou acessar serviços nelas disponíveis;

têm por si e justo e acordado celebrar o presente **Contrato de Interconexão de Redes de Telecomunicações Classe II** ("Contrato"), no âmbito de suas respectivas autorizações outorgadas pelo poder público, que se regerá pela regulamentação aplicável e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato:

- 1.1. Estabelecer as condições para a realização da Interconexão entre a rede de telecomunicações de suporte ao Serviço Móvel Pessoal – SMP da TIM e a rede de telecomunicações de suporte ao Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de Longa Distância Nacional ("LDN") e Longa Distância Internacional ("LDI"), da OPERADORA, utilizando o seu CSP e seus Códigos Não Geográficos – CNG, conforme Regulamento Geral de Interconexão – RGI, aprovado pela Resolução N.º 410 - ANATEL, de 11 de julho de 2005.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente Contrato os seguintes Anexos, rubricados pelas Partes:

- Anexo 1 – Definições
- Anexo 2 – Apresentação e Forma de Pagamento dos Documentos de Cobrança
- Apêndice A – Leiaute do Arquivo de DETRAF
 - Apêndice B – Leiaute do Arquivo de Contestação
 - Apêndice C – Leiaute do Arquivo de Encontro de Contas
 - Apêndice D – Leiaute do Arquivo de CDR para Conciliação do DETRAF
 - Apêndice E – Leiaute da Tabela de Correlação dos Pontos de Interconexão
- Anexo 3 – Condições de Compartilhamento de Infra-estrutura para Interconexão
- Apêndice A – Condições para Acesso, Circulação e Permanência nas Instalações Compartilhadas
 - Apêndice B – Procedimentos Operacionais e Padrão de Qualidade Relativos a Infra-estrutura Compartilhada
 - Apêndice C – Formulário de Solicitação de Compartilhamento de Infra-estrutura para Interconexão
 - Apêndice D – Formulário de Autorização de Cessão ou Alteração da Infra-estrutura Solicitada
 - Apêndice E – Formulário do Termo de Aceitação da Infra-estrutura
- Anexo 4 – Solicitação e Provimento da Interconexão
- Anexo 5 – Planejamento Técnico Integrado e Provimento da Interconexão
- Apêndice A – Projeto Técnico de Interconexão
 - Apêndice B – Termo de Responsabilidade de Dimensionamento de Rota de Interconexão - "TRDI"

- Anexo 6 – Testes Relativos à Interconexão
- Apêndice A – Procedimentos de Testes Relativos à Interconexão
 - Apêndice B – Formulário de Termo de Conclusão de Interconexão
- Anexo 7 – Desempenho, Proteção e Qualidade da Rede - Especificações Técnicas
- Anexo 8 – Gerenciamento de Anormalidades da Rede
- Anexo 9 – Prevenção e Controle da Fraude
- Anexo 10 – Confidencialidade
- Anexo 11 – Procedimentos Técnico-Operacionais Relativos a Portabilidade
- Anexo 12 – Repasse de Valores de Utilização de Créditos Pré-pagos

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 3.1.** Prover interfaces digitais para a interconexão com a rede da outra Parte, propiciando a interconectividade e a interoperabilidade nos respectivos POI ou PPI, de acordo com o encaminhamento, especificações técnicas, quantidades e prazos acordados no Anexo 5 e seus Apêndices, decorrentes de Solicitações de Interconexão e do PTI.
- 3.1.1.** As Partes deverão empenhar-se para fornecer interconexões que utilizem tecnologia e padrões atuais de rede, por meio da disponibilização de interfaces digitais, utilizando o Sistema de Sinalização por Canal Comum Nº 7 (SCC Nº 7), de acordo com os padrões UIT ou outros padrões acertados pelas Partes, para a operação da SCC Nº 7 no Brasil.
- 3.2.** Comunicar, formalmente, por escrito, as alterações na sua rede que possam afetar serviços prestados e relacionados à interconexão objeto do presente Contrato, ou a rede da outra Parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou outro prazo acordado entre as Partes, contados a partir da data prevista para sua efetivação.
- 3.2.1.** As alterações somente poderão ser efetivadas após anuência da outra Parte, que deverá se manifestar, por escrito, em até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da comunicação referida no item 3.2 acima, ou outro prazo acordado entre as Partes, não podendo ser recusada sem fundamento objetivo e advindo da alteração;
- 3.2.2.** A ausência de manifestação da Parte no prazo acima mencionado será interpretada pela outra Parte como irrestrita anuência às alterações pretendidas, estando a mesma, portanto, legitimada a realizá-las na forma previamente informada.
- 3.3.** Informar à outra Parte, conforme especificado no Anexo 8, sobre quaisquer falhas, ou defeitos ou interrupções na sua rede e nos circuitos de interconexão, que possam nela causar impacto significativo ou nos serviços a ela relacionados.
- 3.4.** Estabelecer, de comum acordo com a outra Parte, eventuais interrupções programadas em sua rede que possam causar impacto nos serviços a ela relacionados.
- 3.5.** Realizar testes sistêmicos em conjunto, quando solicitado pela outra Parte, não podendo sua realização ser negada injustificadamente.
- 3.6.** Executar, em conjunto, os testes sistêmicos necessários à ativação ou ampliação das rotas de interconexão das redes das Partes, conforme Anexo 6.

- 3.7.** Para a implementação da interconexão a ¢OPERADORA¢ deverá estar apta a realizar testes de operação de faturamento conjunto e de utilização de créditos pré-pagos com a TIM, e consequente assinatura, entre as Partes, dos referidos contratos, conforme disposto na Oferta Pública da TIM. A aptidão das Partes a que se refere este item compreende o envio de arquivos de remessa e de retorno, a emissão de notas fiscais conjuntamente em conformidade com a Legislação Fiscal vigente, faturamento, cobrança, arrecadação, repasse de valores, dentre outras obrigações.
- 3.7.1.** Caso a ¢OPERADORA¢ não esteja apta nos termos supracitados, ou as Partes não assinem os contratos acima indicados por decisão, conveniência, ou qualquer outro motivo imputado exclusivamente à ¢OPERADORA¢, esta declara que está de acordo com o Termo de Dispensa dos Serviços de Cobilling, dispensando a TIM de prestar o serviço de faturamento conjunto, nos termos do Despacho Anatel nº 054/2005-SPV de 28/07/2005;
- 3.7.2.** Na falta de assinatura do contrato de faturamento conjunto, nenhum serviço será prestado pela TIM, cabendo exclusivamente à ¢OPERADORA¢ a responsabilidade de cobrança e arrecadação de eventuais chamadas utilizando seu CSP;
- 3.7.3.** Na falta de assinatura do contrato de utilização de créditos pré-pagos, para as chamadas utilizando o CSP da ¢OPERADORA¢, originadas ou recebidas a cobrar em terminais de planos pré-pago da TIM, serão adotados os seguintes procedimentos:
- a) A TIM fará a configuração de valores na sua plataforma de pré-pago conforme os Formulários de Tarifas indicados no Anexo 12 do presente Contrato, até que a ¢OPERADORA¢ apresente sua própria tabela de valores, na formatação estabelecida nos referidos formulários;
 - b) A TIM efetuará o repasse dos valores arrecadados à ¢OPERADORA¢, bem como a cobrança dos valores devidos pela prestação desse serviço, de acordo com os critérios e procedimentos previstos no Anexo 12 do Contrato.
- 3.7.4.** Futuramente, caso haja interesse, a ¢OPERADORA¢ poderá solicitar à TIM a assinatura dos contratos de faturamento conjunto e de utilização de créditos pré-pagos e consequente implementação dos procedimentos operacionais visando a prestação desses serviços pela TIM.
- 3.8.** Manter as licenças emitidas pelo Órgão Regulador e relativas aos equipamentos utilizados na presente Interconexão, no ambiente de instalação dos mesmos, conforme definido na regulamentação pertinente. O descumprimento do disposto neste item sujeitará a Parte responsável, às suas exclusivas expensas, ao pagamento de qualquer multa ou penalidade eventualmente imposta à outra Parte pelo descumprimento de tal obrigação.
- 3.9.** Garantir que seus equipamentos e instalações, em cada ponto de interconexão, estejam, a qualquer tempo, em conformidade com as normas e regulamentação vigentes e os requisitos técnicos especificados neste Contrato e em seus Anexos.
- 3.10.** Responsabilizar-se perante à ANATEL pelas sanções e penalidades que lhe forem eventualmente impostas em decorrência do encaminhamento do tráfego originado ou cursado por meio de sua rede e, não previsto ou em desacordo com este Contrato, bem assim, pelo ônus relativo à remuneração da rede da outra Parte ou de outras eventuais Prestadoras.
- 3.11.** Enviar a categoria e o número do assinante que originou a chamada, definido como “Número de A”, de acordo com o Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas chamadas originadas ou encaminhadas pela sua rede com destino à rede da outra Parte, inclusive para as chamadas a cobrar.

- 3.12.** Enviar, no encaminhamento das chamadas, as informações necessárias para que a outra Parte realize tratamento e bilhetagem das chamadas, inclusive no que diz respeito a chamadas a cobrar, em conformidade com o descrito nos Apêndices do Anexo 5 do presente Contrato e de acordo com o previsto nas normas de sinalização.
- 3.13.** Realizar a bilhetagem do tráfego cursado através da interconexão das redes das Partes.
- 3.13.1.** Enviar a identificação real do assinante chamador, ou seja, seu código nacional seguido do número de lista, nos casos de chamadas a cobrar, de modo a possibilitar a correta emissão, pela rede de destino da chamada, do documento de cobrança aos seus assinantes ou usuários;
- 3.13.2.** No caso de uma das Partes não enviar para a rede da outra Parte a Identificação de chamada a cobrar, conforme previsto nos itens 3.11 e 3.12.1, ou por qualquer outro motivo não for possível a cobrança ao assinante ou usuário, por culpa da Parte em cuja rede se originou a chamada, esta última não fará jus à remuneração pelo uso de sua rede em relação à referida chamada.
- 3.14.** Remunerar a rede da outra Parte, independentemente de falhas no seu processo de bilhetagem, inadimplemento, reclamações ou fraude praticados por seus respectivos usuários, que impeçam a cobrança de valores aos seus assinantes ou usuários, sendo cada Parte integralmente responsável pelo processamento de suas contas.
- 3.15.** Adotar os procedimentos para a Apuração e Apresentação do Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços (DETRAF), Emissão e Apresentação de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicações, Abertura de Processo de Contestação de Tráfego e Liquidação Financeira entre as Partes, em conformidade com o Anexo 2 deste Contrato.
- 3.16.** Responsabilizar-se perante a ANATEL pelos dados pertinentes à interconexão da sua rede à rede da outra Parte.
- 3.17.** Responsabilizar-se por conduta que comprovadamente prejudique ou impeça a capacidade da outra Parte de originar, terminar e distribuir a totalidade do tráfego cursado por meio da interconexão.
- 3.18.** Garantir, por meio de medidas e sistemas de contingência, devidamente registradas no Anexo 5, que as chamadas originadas na rede de uma das Partes sejam encaminhadas e completadas na rede da outra Parte.
- 3.19.** A Parte responsável pela não disponibilização das condições técnicas que viabilizam a interconexão, objeto deste Contrato, arcará com o ônus pelo encaminhamento do tráfego, de forma contingência.
- 3.20.** Dar tratamento não discriminatório à outra Parte em relação a outras prestadoras de serviços de telecomunicações no provimento da Interconexão, na forma da regulamentação.
- 3.21.** Operar a sua rede sem causar prejuízos à outra Parte encaminhando somente o tráfego autorizado nos termos deste Contrato, assumindo, inclusive, as responsabilidades pecuniárias decorrentes das sanções pela infração a este item.
- 3.22.** Além das sanções acima citadas, a Parte responsável pelo encaminhamento de chamadas para rede da outra Parte, não previstas neste Contrato, estará sujeita ao pagamento das remunerações de rede das Prestadoras envolvidas, e demais custos decorrentes desse encaminhamento, bem como não fará jus ao recebimento da correspondente remuneração de sua rede.

- 3.23. As Partes não podem gerar artificialmente números de Assinantes ou alterar os números de origem das chamadas cursadas nas rotas de interconexão objeto deste Contrato.
- 3.24. As Partes se comprometem em apresentar o presente Contrato para homologação da ANATEL no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO ENCAMINHAMENTO DO TRÁFEGO.

- 4.1. O encaminhamento do tráfego telefônico cursado por meio dos Pontos de Interconexão da rede SMP da TIM e a da rede STFC Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional da OPERADORA, utilizando o seu CSP e seus Códigos Não Geográficos - CNG, encontra-se definido e explicitado no Anexo 5 e seus Apêndices.
- 4.2. Na definição das condições para o encaminhamento das chamadas originadas ou cursadas pela rede de uma Parte, terminadas ou cursadas pela rede da outra Parte, devem ser consideradas as informações contidas no Anexo 4 e os procedimentos de Portabilidade Numérica indicadas no Anexo 11.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES EM QUE A INTERCONEXÃO SERÁ PROVIDA

- 5.1. As solicitações de interconexão à rede da outra Parte, bem como os procedimentos para o seu provimento devem obedecer ao disposto no Anexo 4.
- 5.2. Os Pontos de Interconexão (POI) ou Pontos de Presença de Interconexão (PPI) da rede de cada Parte se constituirão nos elementos demarcadores dos limites, no âmbito de suas redes, para o estabelecimento dos deveres e obrigações de cada Parte.
- 5.3. A interconexão objeto deste Contrato será provida por meio de critérios de planejamento contínuo e integrado, com o objetivo de se obter adequado grau de serviço, otimização do encaminhamento de tráfego e dos custos das rotas de interconexão, de acordo com o Anexo 5.
- 5.3.1. Os procedimentos relativos ao Planejamento Técnico Integrado (PTI) encontram-se previstos no Anexo 5;
- 5.3.2. O detalhamento do projeto de interconexão, compreendendo a identificação e a quantidade de POI e de PPI, a especificação e o dimensionamento das rotas de interconexão e da rede de sinalização, bem como os encaminhamentos definidos e acordados neste Contrato, encontra-se no Anexo 5 e seus Apêndices;
- 5.3.3. Todas as modificações no Anexo 5 e em seus Apêndices, derivadas de reuniões de PTI, deverão ser formalizadas por meio de aditivo contratual;
- 5.3.4. As Partes deverão adotar os procedimentos técnicos e operacionais de suporte à Portabilidade entre as Prestadoras Doadora e Receptora, conforme disposto no Art. 31 do Regulamento Geral de Portabilidade - RGP, aprovado pela Resolução nº 460 - ANATEL, de 19 de março de 2007, de acordo com o Anexo 11.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. A remuneração pelo uso da rede da TIM envolvida no encaminhamento das chamadas será calculada utilizando-se o valor máximo do Valor de Uso de Rede Móvel (“VU-M”) homologado pela ANATEL, estabelecido em documento específico, ressalvado o disposto no item 6.7.
- 6.2. As Partes acordam em adotar os valores de VU-M pactuados e atualmente praticados pela TIM, nas suas áreas de prestação correspondentes, conforme tabela abaixo, líquidos de tributos, a partir da data especificada abaixo, nos termos do item 6.1 acima, conforme indicados a seguir:

VU-M TIM	
valores líquidos de tributos	
Região do PGA	válidos a partir de 00h:00 de 25 de fevereiro de 2018
I	R\$ 0,02606
II	R\$ 0,02815
III	R\$ 0,04141

- 6.2.1. Serão mantidos os VU-M definidos na tabela acima até a aprovação de nova Oferta de referência de interconexão em redes móveis ou por determinação da Anatel que estabeleça novos valores de VU-M, alterando os valores constantes do Ato 6.211, de 01 de julho de 2014.
- 6.2.2. Conforme divulgado no Ato nº. 6.211 da Anatel, de 01 de julho de 2014, os valores de VU-M apresentados no item 6.2 são aplicados à TIM, nas suas áreas de prestação correspondentes, podendo, entretanto sofrer modificações mediante retificações na Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012.
- 6.2.3. Os valores constantes do item 6.2 não substituem quaisquer outros definidos mediante processos de arbitragem junto à Anatel.
- 6.3. As condições de reajuste aplicáveis aos valores previstos nos itens 6.2 serão aquelas fixadas pela ANATEL ou por acordo entre as Partes.
- 6.4. Qualquer uma das Partes poderá, a qualquer tempo, a seu critério, e de acordo com a legislação vigente, conceder, à outra Parte, descontos relativos aos valores de remuneração pelo uso da sua rede.
- 6.5. Os descontos concedidos por uma das Partes sobre os valores dos serviços cobrados aos seus respectivos assinantes ou usuários, salvo acordo entre as Partes, não afetarão os valores praticados para remuneração das suas redes, ressalvado o disposto na regulamentação aplicável.
- 6.6. Os procedimentos para a Apuração e Apresentação do Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços (DETRAF), Emissão e Apresentação de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicações, Abertura de Processo de Contestação de Tráfego e Liquidação Financeira, entre as Partes, serão feitos conforme estabelecido no Anexo 2 deste Contrato.
- 6.7. Cada Parte será responsável pela aplicação e pelo recolhimento de todos os tributos e encargos incidentes e relativos ao objeto do presente Contrato, de sua competência e segundo a legislação vigente.

- 6.7.1. A Parte Devedora pagará à Parte Credora os valores referentes ao PIS e à COFINS incidentes sobre os valores de remuneração de rede, em conformidade com a legislação vigente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PROVIMENTO DOS MEIOS DE TRANSMISSÃO PARA A INTERCONEXÃO

- 7.1. Os Meios de Transmissão Local (MTL), necessários à interligação entre o POI ou PPI da rede de uma das Partes a um POI ou PPI da rede da outra Parte, deverão ser identificados e quantificados em conformidade com o Anexo 5 e seus Apêndices.
- 7.1.1. No caso de novo ponto de interconexão, a Parte interessada deve indicar o dimensionamento e características do MTL nos termos do Anexo 4.
- 7.2. Cada Prestadora é responsável pelo estabelecimento do enlace para entrega das chamadas normais originadas em sua rede até o POI ou PPI da Prestadora recebedora do tráfego e pelas chamadas a cobrar recebidas em sua rede.
- 7.2.1. Desde que acordado entre as Partes, a interconexão pode ser feita de forma indireta, via rede de outra Prestadora, onde cada Parte assumirá a responsabilidade pelo tráfego entre o seu POI/PPI e o POI/PPI da Prestadora encarregada de realizar o transporte de tráfego.
- 7.3. Caso as Partes acordem o uso de rotas bidirecionais, cada Parte será responsável pelos custos relativos a 50% (cinquenta por cento) da quantidade total dos meios de transmissão de interconexão, necessários para à implementação da interconexão, conforme projeto técnico.
- 7.4. Por acordo expresso entre as Partes, a responsabilidade pelo provimento dos 50% (cinquenta por cento) dos MTL de cada Parte poderá ocorrer considerando-se um conjunto de rotas de interconexão.
- 7.5. Nos termos dos itens 7.3. e 7.4. anteriores, caso a quantidade total de enlaces necessários seja ímpar, as Partes acordarão quanto ao provimento do enlace remanescente, a fim de estabelecer o equilíbrio financeiro da interconexão.
- 7.5.1. Caso uma das Partes fique responsável pelo provimento do enlace remanescente, esta será ressarcida da importância correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos custos referentes ao provimento desse MTL, cujo valor deverá ser previamente apresentado e aprovado pela outra Parte.
- 7.6. A importância mencionada no item 7.5.1 acima deverá ser objeto de documento de cobrança específico, salvo acordo expresso entre as Partes.
- 7.6.1. A Entidade Credora deverá disponibilizar a Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações (NFST) à Parte Devedora, contendo detalhamento do enlace remanescente, objeto da cobrança, nos seguintes prazos mínimos de antecedência da data de seu vencimento: (i) em até 5 (cinco) dias úteis, se a NFST for enviada por meio eletrônico; ou (ii) e em até 8 (oito) dias úteis, se a NFST for enviada por meio físico.
- 7.7. A implementação dos meios de transmissão MTL de responsabilidade de cada Parte poderá ser realizada utilizando circuitos próprios ou a rede de terceiros, desde que esta seja autorizada pela Anatel para esse fim.
- 7.8. As Partes, em comum acordo, poderão solicitar ampliação dos MTL diante da utilização de 70% (setenta por cento) da capacidade da interconexão existente.
- 7.9. Caso a Parte solicitante requeira capacidade acima de 4 (quatro) enlaces E1 para a interconexão, esta deverá atingir 70% (setenta por cento) desta capacidade em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data em que esteja operacional a interconexão entre as Partes.

- 7.9.1. Caso não seja atingido o nível de 70% (setenta por cento) de utilização previsto no item 7.9 acima, a Parte solicitante pagará à outra Parte valor proporcional à capacidade necessária para atingir tal patamar ou, em comum acordo, rever a capacidade contratada para que este nível de utilização seja atingido.
- 7.9.2. O dimensionamento indicado pelas Partes, bem como os critérios para determinação do nível de utilização do tráfego acima citado serão feitos de acordo com a Cláusula 7 do Anexo 5 e valores registrados pelas Partes no Apêndice B.
- 7.10. Uma Parte não poderá realizar a desativação unilateral de MTL, sem a concordância prévia e expressa da outra Parte, excetuando os casos motivados por defeito/anormalidade e os de manutenção preventiva de rede, desde que devidamente notificados à outra Parte, nas condições previstas no Anexo 8.
- 7.11. A Parte que não atender ao disposto no item 7.10 acima ou não responder de forma justificada à notificação desse incidente à outra Parte, no prazo de 2 (dois) dias úteis da data de recebimento da notificação, pagará à outra Parte, a título de multa não compensatória, por dia, durante o período de desativação do MTL, contados a partir da data de recebimento da referida notificação, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por enlace E1 de 2Mbps desativada.
- 7.11.1. O valor total a que se refere o item 7.11 acima estará limitado a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), por enlace digital de 2Mbps desativada.
- 7.11.2. O valor da multa não compensatória citada no item 7.11 será reajustada de acordo com o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (“IGP-DI”), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.
- 7.12. As Partes devem ativar as facilidades de interconexão de sua responsabilidade, conforme os prazos e quantidades estabelecidas em Reunião de PTI, acordada pelos representantes técnicos das Partes.
- 7.13. Enquanto perdurarem as anomalias tratadas nos itens 7.10 acima, a Parte responsável deverá proceder, às suas expensas, ao reencaminhamento do tráfego por rotas alternativas ou adotar outras medidas equivalentes, de forma a reduzir os prejuízos à outra Parte e ao tráfego nas rotas em questão.
- 7.14. As importâncias que vierem a ser devidas em função do disposto nesta Cláusula deverão ser objeto de documento de cobrança específico, emitido pela Parte interessada à outra Parte, salvo acordo expresso entre as Partes.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE COMPARTILHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA

- 8.1. Os processos, condições comerciais e técnicas relativas ao fornecimento de Compartilhamento de Infra-estrutura por uma Parte (“Parte Cedente”) à outra para uso de interconexão entre as redes das Partes encontram-se descritos no Anexo 3.
- 8.2. Uma vez aprovado pela Parte Cedente, o documento previsto no Anexo 3 – “Apêndice E – Formulário do Termo de Aceitação da Infra-estrutura”, se configura como registro da infra-estrutura compartilhada para fins de interconexão.
- 8.3. A utilização da infra-estrutura compartilhada, necessária à instalação e operação dos equipamentos de transmissão dos MTL, entre as redes envolvidas, localizada nas dependências dos POI ou PPI, se dará sem ônus para as Partes.

9. CLÁUSULA NONA – DO PROCEDIMENTO DE PREVENÇÃO À FRAUDE

- 9.1. As Partes reconhecem que as informações que vierem a ser trocadas poderão ser restringidas pela regulamentação e pela legislação aplicável. As Partes se comprometem a buscar o tratamento das informações referentes às chamadas dos seus assinantes e usuários de forma conjunta e centralizada, independente do local de origem da chamada dentro das Áreas de Prestação de Serviço das Partes, respeitadas as respectivas responsabilidades.
- 9.2. As Partes definirão os critérios de anti-fraude que serão implementados nos seus próprios sistemas.
- 9.3. As Partes deverão adotar critérios de anti-fraude compatíveis com aqueles estabelecidos pelo Grupo Executivo de Anti-fraude em Telecomunicações – GEAFTE fazendo prova dos critérios utilizados, quando solicitados pela outra Parte.
- 9.4. As Partes deverão cumprir os procedimentos de prevenção a fraude nos termos definidos no Anexo 9.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS À IMPLEMENTAÇÃO E QUALIDADE DA INTERCONEXÃO

- 10.1. Os procedimentos e condições técnicas relativas à implementação e qualidade da interconexão acordadas entre as Partes encontram-se discriminados no Anexo 6 e Anexo 7.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS E DEMAIS SANÇÕES

- 11.1. Qualquer pagamento não efetivado sujeitará a Parte inadimplente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do que se segue:
- 11.1.1. Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o débito original, devida uma única vez, no dia seguinte ao do vencimento;
- 11.1.2. Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o débito original, calculado *pro rata die*, do dia seguinte a data do vencimento do documento de cobrança, até a data da efetiva liquidação do débito;
- 11.1.3. Atualização monetária dos valores em atraso pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (“IGP-DI”), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, calculado *pro rata die*, ou, no caso de extinção do IGP-DI, por outro índice inflacionário que o substitua;
- 11.1.4. Caso o IGP-DI ou outro índice que venha a substituí-lo seja negativo, em qualquer mês, o valor do respectivo índice será considerado como 0 (zero) para o cálculo da atualização monetária.
- 11.2. Na hipótese de aplicação das sanções previstas nesta Cláusula, não caberá à Parte prejudicada qualquer indenização adicional por perdas e danos ou por lucros cessantes, respeitando-se o disposto no item 11.1.
- 11.3. Sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato, cada uma das Partes poderá requerer à outra, o reembolso do valor de multas que eventualmente for obrigada a pagar ao Poder Concedente pelo não cumprimento de suas obrigações previstas nas suas respectivas Outorgas/Autorizações e na regulamentação vigente, na hipótese de comprovação de dolo ou culpa exclusiva da outra Parte.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS NOTIFICAÇÕES E RESPONSÁVEIS DO CONTRATO

12.1. Todas as notificações, relatórios e outros comunicados relacionados a este Contrato devem ser efetuados por escrito e encaminhados pessoalmente, ou remetidos mediante fax ou serviços postais com comprovação de recebimento, sendo considerados recebidos na data de sua entrega ao destinatário.

12.1.1. A fim de agilizar a comunicação acima, as Partes aceitarão, como documentos originais, os enviados via fax ou e-mail. Entretanto, cada uma das Partes deverá, posteriormente, enviar os documentos originais assinados em até 5 (cinco) dias úteis.

12.1.2. As notificações enviadas por fax devem ser consideradas recebidas quando a Parte que enviá-las tiver em sua posse o comprovante de transmissão emitido pelo aparelho indicando que a transmissão de todas as páginas foi feita para o número de fax informado pelas Partes, em dia útil e, em horário comercial.

12.2. As Partes devem indicar os seus respectivos responsáveis e endereços para notificações e entrega de correspondências, em até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura deste Contrato, os quais serão os Responsáveis Operacionais e os pontos de contato entre as Partes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

13.1. Os direitos de propriedade intelectual e industrial das obras criadas, desenvolvidas ou modificadas durante a vigência deste Contrato permanecerão como propriedade individual de cada uma das Partes, responsável pela criação, desenvolvimento ou modificação.

13.2. Nenhum direito de propriedade intelectual e industrial atualmente existente, ou que venha a ser adquirido ou licenciado por uma Parte, será outorgado à outra Parte, com exceção de eventuais licenças de uso, que prescindirão de acordo expresso entre as Partes.

13.2.1. Cada Parte será responsável, sem nenhum custo adicional à outra Parte, pela obtenção das licenças relativas à propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros usadas para o cumprimento de suas respectivas obrigações neste Contrato.

13.3. Salvo autorização expressa em contrário, nenhuma Parte poderá publicar ou usar logotipo, marcas e patentes registradas pela outra Parte.

13.4. As marcas registradas por qualquer das Partes para identificar seus produtos e serviços, bem como os logotipos registrados pelas Partes são de propriedade de cada uma delas.

13.5. As Partes não poderão produzir, publicar ou distribuir folheto de divulgação ou qualquer outra publicação relativa à outra Parte, às suas coligadas ou a este Contrato, sem autorização prévia, por escrito, da outra Parte.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este Contrato representa o total entendimento entre as Partes em relação à matéria aqui tratada, devendo prevalecer sobre quaisquer outros entendimentos pretéritos sobre a mesma matéria, sejam estes verbais ou escritos.

14.1.1. Os prazos e condições aqui firmados se aplicam a todos os Anexos, salvo disposição em contrário.

- 14.1.2.** No caso de conflito entre o disposto neste Contrato e um dos seus Anexos, deverá prevalecer o Contrato.
- 14.1.3.** Outros acordos poderão vir a ser firmados pelas Partes para possibilitar o perfeito cumprimento do presente Contrato. Nenhuma disposição deste Contrato deve ser interpretada de forma a objetivar, direta ou indiretamente, a concessão de qualquer direito, recurso ou reclamação, sob qualquer pretexto, a terceiros.
- 14.2.** O presente Contrato e seus Anexos prevalecerão sobre quaisquer outros documentos que possam vir a ser criados por uma das Partes, a menos que acordo escrito entre as Partes os altere ou revogue, no todo ou em Parte.
- 14.2.1.** Toda e qualquer alteração deste Contrato ou de seus Anexos deverá ser sempre formalizada por meio de aditivo contratual assinado pelos representantes legais das Partes.
- 14.3.** As Partes envidarão seus melhores esforços para prevenir e solucionar o uso fraudulento dos serviços da outra Parte relacionados à Interconexão.
- 14.3.1.** As Partes reconhecem e acordam que devem compartilhar toda e qualquer informação relacionada à presente Interconexão e que vise assegurar a utilização de suas redes de modo eficiente e protegida contra fraudes no fornecimento dos serviços de telecomunicações aos assinantes e usuários de seus serviços.
- 14.4.** Todas as obrigações aqui assumidas estão sujeitas à emissão e manutenção de todas as licenças, registros, aprovações governamentais ou quaisquer outros documentos que sejam necessários para a execução de suas atividades, nos termos da legislação aplicável.
- 14.4.1.** A responsabilidade e ônus para a obtenção e conservação da validade de tais registros, licenças e aprovações serão da Parte que tenha a obrigação de obter os registros, licenças e aprovações.
- 14.5.** Para o encaminhamento de tráfego a ser cursado por meio dos POI e/ou PPI da rede das Partes, terminado na rede de outras prestadoras e não previsto neste Contrato, será necessária a celebração de contrato específico, por ocasião da ativação do serviço, conforme o caso.
- 14.6.** As disposições do presente Contrato se aplicam a quaisquer alterações que venham a ocorrer na interconexão, inclusive as advindas do Planejamento Técnico Integrado, conforme Anexo 5 – Apêndice A – “Projeto de Interconexão e seus Apêndices”.
- 14.6.1.** Não obstante as disposições do item acima, fica ressalvado que todas as modificações ao Anexo 5 e seus Apêndices, principalmente sobre o Apêndice A – “Projeto de Interconexão”, deverão ser registradas por meio de Ata de Reunião de PTI - Planejamento Técnico Integrado, devidamente assinada pelos representantes técnicos das Partes e posteriormente incluídas no Contrato por meio de termo Aditivo, observando-se as condições e prazos regulamentares.
- 14.7.** Nenhuma disposição no presente instrumento será interpretada de modo a colocar as Partes em relação de sócias, associadas, consorciadas, comodárias, empreendedoras em comum, com vínculo empregatício ou de responsabilidade solidária ou conjunta, assim como nenhuma das Partes terá direito de prestar garantia ou fazer qualquer declaração em nome da outra, obrigando-a ou vinculando-a exceto quanto ao pactuado neste Contrato.

- 14.8. Na hipótese em que quaisquer termos ou disposições do presente Contrato venham a ser declarados nulos ou não aplicáveis, tal nulidade ou inexecutabilidade não afetará o restante do Contrato que, permanecerá com plena eficácia, como se tais disposições jamais lhe houvessem sido incorporadas.
- 14.9. A TIM declara que as disposições deste instrumento foram negociadas à luz e em estrita observância ao seu Código de Ética, que está disponível no sítio de internet <http://www.tim.com.br/ri>.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

- 15.1. As Partes deverão cumprir as obrigações aqui estabelecidas com o mesmo empenho, cuidado e diligência que normalmente utilizam em seus próprios negócios.
- 15.2. A Parte que comprovadamente causar danos às instalações e equipamentos da outra, especialmente nas fases de pré-instalação, instalação, operação e desativação dos equipamentos referentes aos meios de transmissão para interligação da interconexão de sua responsabilidade, será responsável pelo ressarcimento desses danos, limitado ao valor de reposição dos equipamentos e reparo das instalações comprovadamente danificados.
- 15.3. Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidade na forma do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 15.3.1. A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
- 15.3.2. Cessados os efeitos de caso fortuito ou de força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.
- 15.3.3. Se a ocorrência do caso fortuito ou de força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, a Parte afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.
- 15.4. Cada uma das Partes assume total responsabilidade como única empregadora, devendo para tanto cumprir todas as obrigações sociais e trabalhistas, tais como: salário, benefícios sociais, gratificações, encargos sociais e previdenciários, indenizações e quaisquer outros direitos trabalhistas, bem como outras despesas como diárias, transporte, hospedagem e alimentação de seus empregados ou agentes, não persistindo qualquer tipo de solidariedade ou subsidiariedade trabalhista entre elas.
- 15.5. As Partes acordam que sobre os valores devidos em função do objeto do presente Contrato não será admitida qualquer retenção ou compensação de valores oriundos de outros acordos firmados pelas Partes, ainda que líquidos, certos e exigíveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONFIDENCIALIDADE

- 16.1. Todas as informações de propriedade das Partes, relacionadas a este Contrato, ou ainda adquiridas em seu curso, reveladas por uma Parte ("Parte Reveladora") à outra ("Parte Receptora"), consideradas Informações Confidenciais, estão reguladas pelo Anexo 10.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS REVISÕES E ALTERAÇÕES

17.1. O presente Contrato poderá ser revisto, a qualquer tempo, por solicitação de qualquer das Partes, e de comum acordo, mediante termo aditivo firmado pelos representantes legais das Partes.

17.1.1. Nenhuma das Partes poderá se escusar da obrigação de proceder à análise da solicitação de alteração apresentada pela outra Parte.

17.2. Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato, caso ocorram, a qualquer tempo, modificações na legislação aplicável ou nas condições da concessão ou autorização de qualquer das Partes e tais alterações tenham repercussões neste Contrato, o mesmo deverá ser aditado pelas Partes, no que couber.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA

18.1. O presente Contrato entra em vigor a partir da data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos, quando for o caso, a partir da data de ativação da interconexão entre as redes das Partes.

18.2. O Contrato será válido pelo período de 12 (doze) meses da data de sua assinatura, sendo renovado automaticamente por períodos iguais, salvo se denunciado por quaisquer das Partes, por escrito, com 60 (sessenta) dias de antecedência do respectivo prazo contratual.

18.3. No caso deste Contrato vir a ser denunciado, continuará a produzir seus efeitos até a celebração de novo contrato de Interconexão pelas Partes, ou até a data de desativação total da interconexão, desde que previamente autorizada pela Anatel, observadas as disposições previstas na Cláusula Décima Nona deste Contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

19.1. Sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades constantes do presente Contrato, em especial os pagamentos e penalidades, o mesmo poderá ser rescindido:

19.1.1. Por acordo entre as Partes;

19.1.2. Por disposição de lei;

19.1.3. Por autorização da Anatel;

19.1.4. Por perda ou término da Autorização de qualquer das Partes, bem como por declaração de falência ou dissolução societária total de qualquer das Partes.

19.2. Após a rescisão e no período de desmobilização dos recursos empregados para a viabilização do Objeto deste Contrato, as Partes deverão observar ao disposto no item 15.3 acima.

19.3. Quaisquer valores ainda devidos por qualquer das Partes, em função das obrigações contraídas no presente Contrato, deverão ser pagos, independentemente das causas que tenham ensejado a rescisão.

19.4. Pela rescisão deste Contrato, nenhuma indenização ou ressarcimento será devido por uma Parte à outra, devendo, porém, ser realizado o competente ajuste de contas, com a liquidação das obrigações contratuais vencidas e, proporcionalmente, das obrigações em processo de vencimento, procedendo-se, ainda, de acordo com o estipulado nos itens 15.2, 15.3 e 19.3 acima, independentemente das causas que ensejaram a rescisão contratual.

- 19.5. Caso o presente Contrato venha a ser rescindido, as Partes firmarão termo de rescisão quando houver a mútua quitação das obrigações assumidas neste Contrato.
- 19.6. As Partes deverão assegurar que a rescisão deste Contrato não tenha efeitos adversos sobre os usuários, garantindo-se o cumprimento das obrigações de universalização e continuidade do serviço.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 20.1. As Partes empreenderão seus melhores esforços no sentido de dirimir quaisquer conflitos de interesses que possam surgir em decorrência da execução deste Contrato.
- 20.2. As Partes deverão solucionar suas controvérsias conforme os seguintes procedimentos:
- 20.2.1. Os Representantes Operacionais da Parte insatisfeita deverão expor a controvérsia por escrito para seus correspondentes da outra Parte;
 - 20.2.2. Se a controvérsia não for solucionada nos 10 (dez) dias úteis subseqüentes, ou em outro prazo acordado pelos Representantes Operacionais, a questão deverá ser imediatamente encaminhada, por escrito, aos representantes legais das Partes;
 - 20.2.3. Se a controvérsia não for resolvida nos 10 (dez) dias úteis subseqüentes à sua apresentação aos representantes legais das Partes, ou em outro prazo acordado por eles, as Partes poderão adotar os procedimentos de arbitragem da ANATEL, conforme disposto na regulamentação.
- 20.3. A solução de conflitos relativos à contestação de valores de remuneração de redes será submetida aos procedimentos definidos no Anexo 2.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA TOLERÂNCIA

- 21.1. Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a renúncia ou abstenção pelas Partes de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam pelo Contrato, bem como a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra Parte somente serão consideradas válidas se feitas por escrito e não serão consideradas novação, renúncias, abstenções ou concordâncias em relação a direitos ou faculdades que poderão ser exercidos no futuro.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUB-ROGAÇÃO

- 22.1. Nenhuma Parte poderá ceder e, de nenhuma outra forma, transferir, total ou parcialmente, o presente Contrato, ou quaisquer direitos decorrentes deste, sem o consentimento por escrito da outra Parte, ressalvados os casos de transferência resultante de reestruturação societária e outras formas de fusão, cisão ou incorporação de qualquer das Partes, devidamente homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
- 22.2. A cessão ou transferência parcial ou total do presente Contrato ou de quaisquer direitos dele decorrentes não eximirá a Parte Cedente de quaisquer de suas responsabilidades ou obrigações derivadas deste Contrato.
- 22.3. O presente Contrato obriga as Partes por si e seus sucessores. Em caso de reestruturação societária de qualquer das Partes, dentro das modalidades previstas na legislação societária aplicável, a entidade sucessora obrigatoriamente sub-roga-se em todos os direitos e obrigações assumidas neste Contrato.

- 22.4. O presente Instrumento obriga as Partes, seus sucessores a qualquer título, tendo automaticamente sua titularidade transferida à entidade superveniente, e eventuais cessionários autorizados, sendo que qualquer outra alteração ou modificação contratual só terá validade mediante a celebração de termo aditivo, o qual deverá ser devidamente assinado pelos representantes legais das Partes.

23. ANTICORRUPÇÃO

- 23.1. Cada Parte cumprirá e fará com que todos os seus empregados, subcontratados, consultores, agentes ou representantes cumpram as leis anticorrupção, federais, estaduais e locais, decretos, códigos, regulamentações, regras, políticas e procedimentos de qualquer governo ou outra autoridade competente, em especial os preceitos decorrentes da Lei dos Estados Unidos sobre Práticas de Corrupção no Exterior ("Regras FCPA"). Nenhuma das Partes pagará, oferecerá, prometerá ou dará direta ou indiretamente qualquer valor ou coisa de valor a qualquer funcionário ou oficial de um governo, empresa ou sociedade controlada pelo governo ou de propriedade do mesmo, partido político, candidato para cargo político, ou a qualquer outra pessoa estando ciente de ou acreditando que tal valor ou item de valor será transmitido a alguém, para influenciar qualquer ação ou decisão por tal pessoa ou por qualquer órgão governamental com a finalidade de obter, reter ou conduzir negócios para si mesma.
- 23.2. Não obstante qualquer coisa em contrário contida neste Contrato, qualquer das Partes poderá notificar e suspender imediatamente o cumprimento de suas obrigações decorrentes do presente Contrato bem como promover a sua rescisão, em caso de violação de quaisquer das declarações e garantias estabelecidas na presente Cláusula. A Parte Infratora indenizará e isentará a outra Parte e/ou seus representantes, de e contra qualquer perda, reivindicação, custo ou despesa incorridas, baseadas em, ou decorrentes de qualquer violação das declarações e garantias estabelecidas na presente Cláusula ou em razão de qualquer violação de quaisquer Regras FCPA praticada pela Parte Infratora e/ou por quaisquer de seus Conselheiros, representantes, funcionários e/ou diretores desta empresa.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

24.1. As Partes elegem o foro da cidade de São Paulo - SP como competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato, em detrimento de outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro,

Pela ¢OPERADORA¢

Nome:

Nome:

Pela **TIM CELULAR S.A.**

Nome:

Nome:

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: